

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.212 - SP  
(2019/0375475-3)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE : J L S**  
**ADVOGADOS : SEBASTIÃO BATISTA DA SILVA - SP078705**  
**ANDRÉA ENARA BATISTA CHIARINELLI CAPATO -**  
**SP167798**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo regimental interposto por J L S contra decisão da Presidência deste Tribunal Superior, que não conheceu do agravo em recurso especial apresentado, ao fundamento de ausência de impugnação à totalidade dos motivos que ensejaram sua inadmissibilidade, nos termos dos arts. 21-E e 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Alega o agravante que os óbices indicados na decisão impugnada não incidiriam no caso e teriam sido devidamente impugnados. No mais, reiteram as razões do recurso especial.

Requer a reconsideração da decisão ou o conhecimento do agravo com o provimento do recurso especial apresentado.

Instado a opinar o MPF manifestou-se pelo não conhecimento do recurso ou pelo não provimento da insurgência (e-STJ fls. 1.106-1.110).

É o relatório.

Atendidos os requisitos de admissibilidade do recurso, passa-se à análise do mérito do agravo regimental.

Consta dos autos que o agravante foi denunciado como incurso no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal e no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos termos do art. 70 do CP; porque no dia 15/12/2016 o acusado, na companhia de outras três pessoas e de um adolescente, subtraíram para si, mediante grave ameaça exercida pelo emprego de armas de fogo, R\$ 900,00 (novecentos reais), um aparelho televisor de plasma, dois notebooks, três relógios de pulso, cinco aparelhos celulares, dois martelões, um capacete, o veículo Toyota/Hilux e a motocicleta Honda/CB600F, bens pertencentes à vítima Elton Andrade Silva.

Após regular instrução processual, o réu foi condenado como incurso no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, além de 13 (treze) dias-multa (e-STJ fl. 693-705) .

O Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo e deu provimento ao recurso ministerial para majorar a pena para 6 (seis) anos e 5 (cinco) meses de reclusão, além de 15 (quinze) dias-multa (e-STJ fls. 946-967).

A defesa opôs embargos de declaração. Todavia, foram rejeitados (e-STJ fls. 1.011-1.017).

Nas razões do recurso especial, manejado com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente alega, em síntese, cerceamento de defesa, ante o indeferimento de acareação entre o réu e a vítima. Sustenta que a referida dilação probatória se justificaria em razão de o réu não ter sido reconhecido por uma das vítimas. Destaca que outra testemunha também afirmou que o acusado não teria participado do

fato delituoso.

Requer, ao final, o provimento do recurso especial para que seja declarada a nulidade do processo, por cerceamento de defesa.

Apresentada as contrarrazões (e-STJ fls.1.039-1.047), a insurgência não foi admitida (e-STJ fl. 1.050-1.052), tendo sido protocolado o correspondente agravo.

Por decisão da Presidência desta Corte Superior, o agravo não foi conhecido.

Daí a apresentação deste regimental, no qual a defesa reitera os argumentos apresentados no recurso especial, ressaltando a existência dos requisitos previstos para a admissão da insurgência.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal ofertou parecer pelo não conhecimento do agravo interno, ou por seu não provimento (e-STJ fls. 1.106-1.110).

Da análise dos autos, verifica-se a existência dos pressupostos necessários ao conhecimento do agravo, devendo-se reconsiderar a decisão de fls. 1.083-1.084, nos termos do art. 259, § 6º do RISTJ e passar à análise do recurso especial.

A irresignação não prospera.

Primeiramente, verifica-se que a tese defensiva acerca do cerceamento de defesa em razão do indeferimento da acareação entre réu e vítima, está desacompanhada do dispositivo legal apontado como violado, o que obsta o conhecimento do recurso especial por esses fundamentos em razão do óbice da Súmula 284/STF, que se aplica por analogia.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. SÚMULA 284 DO STF. HABEAS CORPUS COMO ACÓRDÃO PARADIGMA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. O conhecimento do recurso especial, seja ele interposto pela alínea "a" ou pela alínea "c" do permissivo constitucional, exige, necessariamente, a indicação do dispositivo de lei federal que se entende por contrariado, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula n. 284 do STF.*

*2. "A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à impossibilidade de acórdão proferido em sede de habeas corpus, mandado de segurança e recurso ordinário servir de paradigma para fins de alegado dissídio jurisprudencial, ainda que se trate de dissídio notório, eis que os remédios constitucionais não guardam o mesmo objeto/natureza e a mesma extensão material almejados no recurso especial". (AgRg no EREsp n. 998.249/RS, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 3ª S., DJe 21/9/2012). Ressalva deste relator.*

*3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 1366658/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 27/05/2019)*

E ainda:

*DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA*

SÚMULA N. 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. NECESSIDADE DE INCURSÃO NO UNIVERSO FÁTICO-PROBATÓRIO DA DEMANDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. DECADÊNCIA AFASTADA. PRECLUSÃO. APOSENTADORIA DE MAGISTRADA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

INVALIDEZ. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. LEI VIGENTE À DATA DA PASSAGEM PARA INATIVIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 20/98. PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO. ART. 40, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CF. ARTIGO 39 DA LEI N. 8.185/91. APLICABILIDADE DA LEI N. 8.112/90. MOLÉSTIA NÃO ESPECIFICADA EM LEI. FORA DAS EXCEPCIONALIDADES. APOSENTADORIA PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. MANTIDA A PARIDADE. DOENÇA MANIFESTADA ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/2003. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.

*1. Quanto à tese de incompetência do juízo, não foram indicados os dispositivos de lei que corresponderiam a uma pretensa violação infralegal. A falta de particularização dos artigos de lei federal contrariados consubstancia deficiência bastante a atrair, na espécie, a Súmula n. 284 do STF.*

*2. [...]*

*14. Recurso especial parcialmente provido. Ordem parcialmente concedida.*

(REsp 1121051/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 28/11/2018).

Não obstante, constata-se que o acórdão recorrido afirmou a certeza quanto a autoria delitiva do recorrente com base em outros fundamentos, reputando a acareação dispensável (e-STJ fls. 949-959):

*Ora, ao contrário do que alega a defesa do acusado Jesiel, não há que se falar em cerceamento de defesa em razão da suposta existência de divergência entre os depoimentos das o vítimas, matéria que se confunde com o mérito e, portanto, será analisada nessa seara.*

*No mérito, não obstante o dedicado esforço das cultas e combativas Defesas, a condenação dos réus pelo crime descrito na denúncia foi bem decretada [...].*

*Efetuadas diligências, a equipe de Investigação descobriu que um dos aparelhos celulares subtraídos na ocasião dos fatos continha chip de linha telefônica em nome de Edileia Lopes Souza, irmã do acusado Jesiel. Uma fotografia deste, extraída da rede social Facebook, foi apresentada a vítima José, que o reconheceu como um dos autores do roubo.*

*Já dia 02/02/2017, por ocasião do cumprimento do*

***mandado de busca e apreensão na residência de Jesiel, os investigadores lograram localizar o celular subtraído acima referido.[...]***

*A vítima M.S. corroborou a versão dos outros ofendidos. Reconheceu em Juízo todos os acusados como sendo os roubadores, tendo reconhecido o acusado Jesiel por semelhança, afirmando que ele ficou do lado de fora da residência (fls. 22 e mídia).[...]*

*E nesse sentido destaco a fundamentação do digno Magistrado sentenciante, a saber:*

***Importante registrar, ainda, que a suposta abordagem feita pelo advogado de Jesiel à testemunha protegida momentos antes da audiência (fato registrado na ata e com providências já adotadas) a pedido da Acusação - foram expedidos ofícios à OAB e MP), sugerindo que ela o alterasse sua versão dos fatos, com o intuito de beneficiar seu constituído, conforme ela afirmou em seu depoimento, o enfraquece a tese de inocência levantada pela defesa.***

***Da mesma forma, não pode ser aceito sem reservas o o depoimento da testemunha protegida que, em Juízo, afirmou ter sido namorada do acusado Jesiel. Vale destacar que a testemunha informou que após conversar com o corréu Ygor, espontaneamente decidiu comparecer à delegacia e prestar depoimento, com o suposto objetivo de favorecer o acusado, o seu ex-namorado.***

*Além disso, todas as informações trazidas pela testemunha protegida são baseadas em conversa com o acusado Ygor, seu primo, que, em Juízo, demonstrando claramente sua intenção em favorecer o acusado Jesiel, limitou a dizer que ele não participou dos fatos narrados na peça acusatória. Entretanto, o acusado se recusou a informar quem eram os verdadeiros roubadores e, assim, fornecer indicativo seguro de que Jesiel não possuía qualquer envolvimento com o crime narrado (fls. 624).*

Consta, ainda, do acórdão de embargos declaratórios (e-STJ fl.1.015):

***Além disso, não há que se falar em deferimento do pedido defensivo de acareação entre o ora embargante e a vítima, pois as provas dos autos são mais do que suficientes para manter o decreto condenatório, sendo certo que a declaração de fl. 153 da testemunha Igor, tentando isentar o réu da responsabilidade penal, é de duvidosa credibilidade e com todas as características de***

*depoimento de favor, visando a favorecer o acusado.*

Ressalte-se que no direito pátrio vigora a regra do livre convencimento motivado, portanto ao juiz é lícito dispensar provas que reputar desnecessárias à formação do seu convencimento acerca da materialidade e autoria.

No mesmo sentido:

*PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ART. 62, I, DA LEI N. 9.605/98. DESTRUIÇÃO, INUTILIZAÇÃO OU DETERIORAÇÃO DE BEM ESPECIALMENTE PROTEGIDO POR LEI, ATO ADMINISTRATIVO, OU DECISÃO JUDICIAL. PROVA EMPRESTADA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PARTES DIVERSAS. POSSIBILIDADE. POSTERIOR SUBMISSÃO DA PROVA AO CONTRADITÓRIO. PERÍCIA CONTÁBIL. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. RECURSO DESPROVIDO*

*1. O acórdão impugnado está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de não ser imprescindível a identidade de parte para o empréstimo de provas, desde que garantido o contraditório no processo no qual a prova será aproveitada, o que foi oportunizado no caso concreto. Precedentes.*

*2. O indeferimento do pedido de realização de perícia contábil não constitui constrangimento ilegal se o magistrado, analisando os outros elementos constantes nos autos, o faz de maneira fundamentada. Precedentes.*

*3. É razoável a fundamentação no sentido de que a perícia contábil da Prefeitura seria incapaz de infirmar os fatos descritos na denúncia, uma vez que a ausência de pagamento pela obra não teria o condão de afastar a responsabilidade pelo suposto dano ao patrimônio público tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN.*

*O Juízo de primeiro grau, mediante seu livre convencimento motivado, pode dispensar as provas que reputar desnecessárias. No caso concreto, a Magistrada ouviu testemunhas e oficiou o Município de Magé/RJ para obter informações acerca da realização de licitação da obra, obtendo resposta negativa. Nesse contexto, a via célere do habeas corpus não é o meio adequado para o revolvimento fático probatório, a fim de se discordar da dispensa fundamentada da perícia contábil, mormente porque a parte recorrente não demonstrou satisfatoriamente o prejuízo sofrido com o indeferimento da prova, incidindo, portanto, o brocardo "pas de nullité sans grief." Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento.*

*(RHC 91.833/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 18/04/2018)*

Ademais:

*PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PECULATO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PROVA PERICIAL. INDEFERIMENTO MOTIVADO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. PREJUÍZO NÃO*

**DEMONSTRADO. RECURSO NÃO PROVIDO.**

1. Na ordem jurídica inaugurada pela Constituição Federal de 1988, o devido processo legal desponta como garantia à realização concreta da dignidade da pessoa humana submetida a um processo penal, no qual se objetiva a responsabilização por conduta penalmente imputável.

2. A responsabilização penal, hígida, é o resultado senão da observância das garantias de magnitude constitucional - reserva legal (art. 5º, II), juízo natural (art. 5º, XXXVII, legalidade (art. 5º, XXXIX), devido processo legal (art. 5º, LIV), contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV) e legalidade das provas (art. 5º, LVI) - que conferem legitimidade à pena imposta em decorrência do decreto condenatório.

3. A inobservância, em qualquer etapa do processo penal, das regras que realizam referidos valores, padece, invariavelmente, dos efeitos da nulidade, sendo cassados desde a sua origem ou refeitos pontualmente.

4. O sistema das nulidades estatuído no Código de Processo Penal no Livro III, Título I, orientado, basicamente, por dois princípios gerais: *pas de nullité sans grief* (art. 563 do CPP) e da instrumentalidade das formas (art. 572, II, do CPP). 5. Vigê na lei processual brasileira o princípio da livre apreciação da prova, o qual faculta ao magistrado o indeferimento, de forma fundamentada, das providências que julgar protelatórias, irrelevantes ou impertinentes, conforme verifica a sua necessidade ou não para a elucidação dos fatos, sem que isso cause cerceamento de defesa.

6. No caso em exame, as instâncias ordinárias, motivadamente, indeferiram o requerimento da prova pericial, ante o caráter protelatório, infrutífero e desnecessário tanto ao acervo probatório produzido que restou suficiente para o deslinde da causa, quanto à marcha processual, que seria afetada pela realização da perícia.

7. Embora o acusado no processo penal tenha o direito à produção da prova necessária a dar embasamento à tese defensiva, deve ser justificada pela parte a sua imprescindibilidade, o que não ocorreu na hipótese.

8. Recurso não provido.

(RHC 105.162/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 12/09/2019)

Por sua vez, a modificação dessa conclusão mostra-se descabida, por exigir exame do contexto fático-probatório, inviável na sede do recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

À propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO ATIVA. REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS A MODIFICAR O QUE JÁ DECIDIDO PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 621 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO. ATUAÇÃO DO MAGISTRADO SINGULAR EM CONSONÂNCIA COM OS DITAMES LEGAIS. RECONHECIMENTO DA QUEBRA DE IMPARCIALIDADE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA

*FÁTICO-PROBATÓRIA DOS AUTOS. AGRAVO DESPROVIDO.*

*omissis*

*PLEITO ABSOLUTÓRIO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.*

*Concluindo o Tribunal estadual acerca da suficiência do arcabouço probatório, a fim de comprovar a materialidade e autoria da oferta de valores ao servidor público para o retardo e a prática de ato de ofício em benefício do sentenciado, a alteração do entendimento, com vistas à sua absolvição é inviável, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.*

*[...]*

*5. Agravo desprovido.*

*(AgRg no AREsp 1563982/MT, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 05/12/2019)*

E ainda:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO. OITIVA DE TESTEMUNHA ARROLADA PELA DEFESA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE.*

*DECISÃO FUNDAMENTADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*I - O simples fato de haver requerimento, pela Defesa, no sentido de se produzir determinada prova testemunhal não induz necessariamente o deferimento do pleito e, conseqüentemente, "nulidade decorrente de ofensa a garantias fundamentais no âmbito de ação penal", sendo facultado ao juiz deferi-las, ou não, fundamentando seu entendimento de acordo com o princípio do livre convencimento motivado.*

*II - É lícito ao juiz o indeferimento da produção de provas que entenda protelatórias ou desnecessárias.*

*III - Em se constatando que o Magistrado de origem indeferiu o pedido de oitiva de testemunha, fundamentando a decisão de acordo com as normas processuais vigentes, não há que se falar em constrangimento ilegal.*

*IV - A via estreita do habeas corpus não é meio adequado para verificação de conveniência ou necessidade de produção de provas, se a avaliação desse juízo de discricionariedade do julgador demanda, como in casu, o cotejo analítico e aprofundado dos elementos fático-probatórios contidos nos autos da ação penal.*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 98.291/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 10/08/2018)*

Por tais razões, afigurando-se inadmissível, **conhece-se do agravo para não conhecer do recurso especial**, nos termos do artigo 34, inciso VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator